

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS
ESCOLARES

Jorfina Rodrigues Gomes

Matrícula: 112790013A

Polo: Bicas

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE SEU PROCESSO FORMATIVO
FRENTE AO DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

Juiz de Fora

2019

JORFINA RODRIGUES GOMES
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE SEU PROCESSO FORMATIVO
FRENTE AO DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof. Dr^a. Elita Betania de Andrade Martins

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gomes, Jorfina Rodrigues.

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE SEU PROCESSO FORMATIVO FRENTE AO DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA / Jorfina Rodrigues Gomes. -- 2019.

23 f.

Orientadora: Prof. Dr^a. Elita Betania de Andrade Martins Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade

Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, 2019.

1. Trabalho acadêmico. I. Martins, Prof. Dr^a. Elita Betania de Andrade , orient. II. Título.

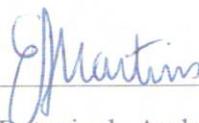
JORFINA RODRIGUES GOMES
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE SEU PROCESSO FORMATIVO
FRENTE AO DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação inclusiva em contextos Escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Especialista.

Aprovada em 25/05/2019

BANCA EXAMINADORA



Professora Dr^a Elita Betania de Andrade Martins - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora



Professora Dr.^a Juliana Célia de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora/UAB



Professor Ms. Gabriel Rigozzo T. Cherp Martins
Universidade Federal de Juiz de Fora/UAB

*“Aprendemos quando resolvemos nossas dúvidas, superamos nossas incertezas e
satisfazemos nossa curiosidade”*

(MANTOAN, 2003)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi conhecer a opinião de professores sobre seu processo formativo frente ao desafio da construção de uma escola inclusiva. Para isso, com base em leituras como Mantoan, (2003), Pletsch, (2009) e Vilaronga e Mendes, (2014), foi realizado um projeto de intervenção junto a 10 (dez) docentes de uma escola pública de um município da zona da mata mineira, que incluiu três momentos: aplicação de um questionário, realização de dinâmica e discussão a partir da descrição de um caso de aluno com deficiência. As atividades permitiram a manifestação dos professores sobre seu processo de formação, assim como reflexão sobre sua prática docente. Os resultados indicaram sentimento de insegurança dos professores frente a situações vivenciadas no processo de inclusão escolar e a necessidade de se incentivar o desenvolvimento de formação continuada.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão – Deficiência- Formação de professores

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento
AH/S	Altas Habilidades/Superdotação
AEE	Atendimento Educacional Especializado

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. A realidade da Educação Inclusiva no Brasil.....	09
3. O desenvolvimento do projeto.....	14
4. Discutindo os resultados.....	17
5. Considerações finais.....	20
6. Referências.....	21
7. Apêndices.....	23

1- INTRODUÇÃO

O presente texto retrata um projeto de intervenção que foi desenvolvido junto a professores de uma escola pública de um município da zona da mata mineira.

É resultado de minhas indagações sobre a percepção dos professores sobre a necessidade de formação para atuar em uma escola que busque incluir de fato alunos com deficiência.

O texto que segue além desta introdução, apresenta no capítulo 2, uma breve revisão teórica, a realidade da Educação Inclusiva no Brasil, assim a justificativa e os objetivos deste projeto. Em seguida, no capítulo 3, o desenvolvimento do projeto, sua relevância e métodos utilizados. Discutimos os resultados no capítulo 4, bem como a reflexão acerca da formação profissional do professor de escola regular para a Educação Inclusiva e por fim, apresentamos nossas considerações finais.

2 – A REALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Ao longo dos anos, houve um aumento da demanda de alunos com deficiências nas escolas regulares de ensino no sistema público da educação brasileira, devido à criação de políticas e a aprovação de leis que reforçam o direito à educação e a necessidade de uma escola inclusiva. A inclusão desses alunos nas escolas tem implicado em várias mudanças, inclusive na formação dos profissionais para o atendimento desse público, com a inserção de um novo paradigma na educação.

Nas últimas décadas, desde a Declaração de Salamanca (1994), pesquisadores na área da Educação tem debatido sobre a inclusão de alunos com deficiência nas escolas e a partir de pressupostos políticos apoiados na ideia de uma educação de qualidade, com respeito à diversidade e singularidade de cada aluno, investigando meios os sistemas de ensino assegurarem aos educandos atendimento específico às suas necessidades.

Vale à pena destacar que a formação é um dos pontos a ser considerado para a superação das dificuldades encontradas na realidade da Educação Brasileira para a construção do processo de inclusão dos alunos com deficiência na escola. Considerando que incluir não significa apenas garantir o direito à matrícula, vemos a necessidade de responsabilizar as autoridades competentes no cumprimento das políticas públicas que se concretizarão as condições

necessárias a essa inclusão e em especial, o que se refere à formação de professores para uma proposta educacional inclusiva, fazendo-se cumprir as exigências que a sociedade almeja no cenário atual.

Para Bueno, 1999, *“Entre essas políticas de largo alcance, entretanto, deve ser incluída uma política de formação docente, pois a qualidade do professorado joga papel fundamental, embora não único, nesse processo de qualificação do ensino.”* Educar na diversidade exige uma reflexão das ações que são importantes para a transformação da prática do professor, conectadas com a realidade dos alunos.

A Lei nº 9.394/96, artigo 59, preconiza que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação: [...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, Lei 9394/96, art.59, inciso III)

Para o cumprimento do disposto na legislação, vemos a necessidade de ampliação da oferta de formação de professores para atuar junto aos alunos com deficiências, transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação, uma vez esse número de matrículas cresce a cada ano, conforme pode ser observado através dos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2018. Os dados indicam 1,2 milhão de matrículas de alunos com Deficiência, TGD e AH/S em 2018, um aumento de 33,2 % em relação a 2014 (Inep, 2018) e diante do desafio de não apenas garantir o acesso e permanência de todos na escola, mas também com garantia de igualdade de oportunidades que favoreçam a aprendizagem.

Como moradora e professora de um município localizado na zona da mata mineira, passei a me questionar se os professores das escolas regulares deste município, apesar de todo aparato legal, sentem-se preparados para enfrentar os novos desafios de uma escola inclusiva? Como eles poderão se sentir inseridos e participantes nesse ambiente educacional inclusivo? A formação de professores para atuar junto aos alunos com deficiências faz-se emergente no cenário atual, no qual como demonstrado anteriormente, as matrículas de alunos com deficiência na rede regular de ensino crescem a cada ano.

“Entretanto, cada vez mais se tem discutido que não basta garantir o acesso à escola, é preciso criar formas que possibilitem à permanência, daí a necessidade de se rever as práticas pedagógicas”. (MARTINS, 2008). Motivados por essa argumentação e frente à necessidade de orientação e formação para os professores na inserção de um novo paradigma

na educação, faz-se necessário uma verificação da realidade local de cada município, quais anseios da rede de educação para uma melhor qualidade na educação.

O município, alvo de nossa investigação, localiza-se na zona da mata mineira e conta com uma população de aproximadamente 4000 habitantes. Possui uma Escola Municipal de Educação Infantil, uma de Ensino Fundamental e uma Estadual de Ensino Médio no Centro. Até o ano de 2017, contava ainda com escolas municipais rurais e de Bairro, de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Porém, após no ano de 2018, suas atividades foram encerradas, devido à corte de gastos da Prefeitura Municipal, resultando na oferta de Ensino Fundamental na única escola do Centro do município.

O quadro de profissionais da rede municipal de ensino é de aproximadamente 50 pessoas entre professores e demais profissionais da Educação, com cargos efetivos e, em alguns casos, contratos. Nos casos de alunos com deficiência, há um professor de Formação específica em Educação Especial que atua juntamente com o professor da sala de aula regular. Até o ano de 2017, a escola contava com apenas um professor de educação especial que fazia o trabalho de acompanhamento em sala de aula com os alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/S). a partir desse ano, a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi reestruturada para esse tipo de atendimento.

A motivação para escolha deste tema de estudo, deve-se ao fato de querer verificar quantos profissionais assim como eu, que me propus a cursar esta Especialização, também se interessam na continuidade de sua formação em um tema tão real que é a Educação Inclusiva. A questão da formação dos professores para o atendimento a alunos com deficiência, nas escolas brasileiras, desperta meu interesse no sentido de qualificação do trabalho desenvolvido.

Classifico como qualificação do trabalho a formação a qual os professores têm e a formação mínima exigida na legislação e estabelecida nos Planos de Cargos e Salários. A relação formação dos professores e qualificação do trabalho desenvolvido com os alunos com deficiência é um dos fatores que contribui para a efetivação do processo de inclusão escolar, pois através da formação, os professores podem se sentir mais preparados para contribuir com o desenvolvimento pleno e significativo do aluno.

Faz-se necessário também a compreensão do trabalho feito pelo professor com formação e do professor sem a formação mínima necessária para o atendimento a alunos com deficiência. Conforme Pletsch, 2009, *“a falta de preparo e informação impede o professor de desenvolver uma prática pedagógica sensível às necessidades do aluno especial incluído.”*

A questão da formação de professores dentro de um enfoque de educação inclusiva é algo que ganha importância devido às mudanças que vem acontecendo ao longo dos anos sobre a Educação, destacadas por vários autores. Pletsch (2009), relata que *“Nos últimos dez anos ocorreram avanços importantes em relação à formação de professores no Brasil, não apenas em termos de legislação, mas também em relação à produção do conhecimento acadêmico voltado para o tema.”*

Como parte desses avanços da legislação, podemos citar a própria Declaração de Salamanca, (1994), a qual descreve pontos importantes para a reflexão de uma mudança da realidade. Considerada um dos principais documentos que visam a inclusão social de pessoas com deficiência, a Declaração trouxe um fortalecimento à educação inclusiva à medida que passa a influenciar a formulação de políticas públicas da Educação Inclusiva.

Além destes marcos, podemos também citar outros documentos como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009), Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração de Guatemala (1999).

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9394/96), em seu artigo 68, ao dispor que a Educação Especial é uma modalidade da Educação Regular e que deve ser ofertada a todos os educandos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades Superdotação (AH/S) na rede regular de ensino, garantindo assim a integração desse público a efetivação da plena participação na sociedade, sem segregação. (BRASIL, 1996)

Apesar dos avanços legais, são grandes os desafios para a atuação docente na realidade da Educação em que vivemos. Não basta aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é necessário, antes de tudo, saber identificar as características de cada aluno, transpondo suas limitações.

Um novo modelo no sistema de ensino sugere um suporte permanente e efetivo para os alunos com deficiência, incluídos no sistema regular de ensino, bem como para os professores. Para isso é necessário revermos o processo de formação docente, pois conforme Pletsch (2009) *“No Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva”*.(PLETSCH, 2009).

Segundo Papi e Kailer, (2014), *“é possível verificar que alterações vem ocorrendo nas escolas. Tal aspecto requer, entretanto, um maior engajamento da escola, que começa a perceber e importância da formação dos professores e gestores.”* Tal alerta indica a

necessidade de uma formação docente adequada para que este profissional se sinta em condições de lidar com a responsabilidade de incluir os alunos com deficiências nas classes regulares, assegurando a esses o desenvolvimento por meio de metodologias adequadas.

Com base nestas ideias e a partir do interesse em conhecer um pouco a realidade do município, no qual atuo, foi desenvolvido um projeto de intervenção que teve como objetivo geral conhecer a opinião de professores sobre seu processo formativo frente ao desafio da construção de uma escola inclusiva. Este foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

- Identificar o nível de formação docente dos profissionais da única escola de Ensino Fundamental do município alvo de nossa investigação;
- Mapear possíveis limites da formação docente ao se propor o trabalho de educação inclusiva;
- Estimular a participação dos professores nas capacitações ofertadas pelo Sistema Municipal de Ensino e demais instituições.

3- O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O desenvolvimento deste projeto de intervenção, no campo da formação de professores, assume grande relevância na atualidade das escolas, na medida em que poderá trazer alguns elementos para repensar estratégias que ajudem a refletir sobre este processo formativo e a necessidade de adequação a novos cenários e desafios impostos no cotidiano escolar.

Acreditamos que a inclusão implica em uma mudança em toda uma reestruturação do sistema educacional, assim como uma mudança de atitude docente. Porém é necessário reunirmos elementos que ajudem nesta reestruturação. O presente projeto de intervenção visou contribuir para este processo, se deu em três momentos distintos, no mês de abril do corrente ano, e seu desenvolvimento será apresentado a seguir.

Assim, na escola onde foi desenvolvido o trabalho¹, foi apresentado, em primeiro momento, a um grupo de 10 docentes do Ensino Fundamental, que voluntariamente, responderam a um questionário com o título: “Teste de formação docente para a inclusão” (Apêndice 1) a fim de identificar quais profissionais se sentiam preparados para o desafio da inclusão na escola em que atua, bem como dificuldades encontradas e possíveis alternativas de viabilização.

Em um segundo momento realizado na semana seguinte a aplicação do questionário, foi apresentado ao mesmo grupo de 10 professores, uma dinâmica intitulada “Guiando o colega”. Esta dinâmica que teve como duração, aproximadamente 30 minutos, tinha como objetivo que cada uma dos participantes desafiasse e guiasse o colega a se expressar com mais clareza e a relatar de forma detalhada, tranquila e segura, os obstáculos (dificuldades), instigando a confiança nos outros dois colegas em que se apoiou.

Para isso, o grupo participante, foi levado a um pátio, sem obstáculos. Foram organizados em uma fila, com o braço esticado sobre o ombro do colega e alguns tiveram seus olhos vendados: a pessoa que estava na terceira posição e a pessoa que estava na quinta posição. Os participantes de olhos vendados deveriam cruzar o pátio, desviando dos cones, guiados pela pessoa da primeira posição, repassando orientações aos demais, como número de passos e direção a seguir. A meta não era cruzar o percurso de forma mais rápida e sim, de forma mais segura e confiante

¹ É preciso considerar que é a única escola municipal da realidade pesquisada e onde atuei profissionalmente entre os anos de 2003-2015.

Os cones serviram de obstáculos a serem desviados ao longo do percurso. A avaliação consistiu em refletir junto aos docentes a comunicação e confiança entre o grupo. Sendo importante destacar que conforme os participantes, é necessária uma reflexão sobre os trabalhos do cotidiano visando aperfeiçoamento e mudanças de atitude. Conforme relato de um participante, *“Um grande sonho é que as escolas possam ter um atendimento especializado e individualizado para esses alunos, dentro da sala de aula, integrando-os verdadeiramente ao processo de ensino-aprendizagem.”*

Em um último momento, na mesma semana em que foi realizada a dinâmica, aproveitamos um tempo da reunião de módulo² foi colocado em pauta, o caso de um ex-aluno da escola, aqui denominado Ismael, com deficiência física e intelectual, para que os docentes discutissem sobre a sua atuação na promoção da inclusão deste aluno e fizessem uma reflexão sobre suas atitudes na educação do aluno e opiniões.

O aluno em questão, hoje cursando ensino médio e matriculado na outra escola, concluiu o Ensino Fundamental no ano de 2017. Optamos por discutir o caso de Ismael, pelo fato de que, atualmente, a escola alvo de nossa investigação, não estar atendendo alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/S) e também, por este aluno ter sido um dos primeiros alunos com deficiência atendido por esta escola e ter trazido muitos questionamentos que, até os dias atuais, necessitam de ser avaliados.

Todos os professores que atuam na escola hoje, lecionaram para esse aluno, pois ele frequentou todo o Ensino Fundamental nesta escola até a sua conclusão, no ano de 2017, contando com o apoio de um professor de AEE que, na época, trabalhava também com outros alunos com deficiência e que buscou promover autonomia do aluno dentro e fora da escola, processo que foi ocorrendo gradualmente, graças a participação e envolvimento de todos.

Os professores se sentiram à vontade em falar sobre o assunto, tanto na dinâmica quanto no debate, pois todos tinham um carinho muito grande pelo aluno e pretendiam ver seu sucesso. Eles destacaram a importância da família de Ismael, pois estavam sempre presentes, inclusive, até orientando a escola sobre como lidar nas situações de adversidade do aluno.

Com a ideia de culminância do projeto, foi realizada uma palestra, proferida por mim mesma, com o mesmo grupo de professores, com o tema: “Tornando a escola inclusiva pela

² Reunião realizada quinzenalmente para cumprimento da carga horária correspondente a um cargo de Professor da Educação Básica com jornada de carga horária conforme Plano de Carreira Municipal vigente no município.

visão do professor”, a fim de que o grupo pudesse ampliar seu conhecimento a respeito do processo de inclusão escolar e sua formação docente, motivando-os à reconhecerem a necessidade de mudanças em sua prática pedagógica, bem como do envolvimento de todos os profissionais que atuam na escola.

No encerramento da palestra, foi apresentado o vídeo “Cordas”³ que retrata a amizade de Maria, uma garotinha muito especial e seu amiguinho Nicolas, novo colega de classe com paralisia cerebral. Maria faz de tudo para que o amiguinho se integre às brincadeiras e atividades da vida diária. Duas crianças que superam as diferenças e aprendem juntas, enfocando a importância do educar na relação que se estabelece entre o ensino e a aprendizagem.

Nesse momento, nossa intenção foi de reforçar a importância do respeito às diferenças, que deve ser enfatizada no ambiente escolar, onde os alunos devem aprender que as atitudes que contribuam para nossa vida em comunidade.

³ Consagrado com o “Prêmio Goya” (2014), na categoria de melhor curta de animação filme espanhol, Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=OrGEjSn1v8Y>. 2019.

4- DISCUTINDO OS RESULTADOS

Por meio destas ações realizadas, foi possível perceber a partir das respostas e depoimentos que a maior parte dos professores não se consideram preparados para a promoção da inclusão na escola em que atuam, ao evidenciarem sentirem insegurança, como pode ser percebido quando verificamos que dos 10 professores que responderam ao questionário, 9 apresentaram afirmação positiva para a questão nº 5 “ Sente a necessidade de ampliar seus conhecimentos? Se sim, de que forma?”.

Entretanto, foi possível observar resistências às mudanças, principalmente os professores com mais tempo de carreira, como foi o caso da professora W, a qual ao responder a referida pergunta afirmou: “*Não porque já estou me aposentando*”.

A resistência a um processo de formação que contemple as questões de inclusão, também ficou evidenciada na resposta da professora L à mesma questão: “*Sim, mas tem que ser com gratificação, pois não somos concursados para isso*”. Esta mesma professora L, ao responder a questão nº 6 - “Em sua opinião, quais atitudes poderiam ser tomadas para a melhoria da qualidade do ensino no sentido da inclusão?” afirmou: “*Não temos formação e um professor não dá conta de fazer um trabalho com inclusão*”.

A partir disso, acreditamos ser imprescindível a promoção de reflexões sobre o tema com professores das escolas de ensino regular, de modo que consigam quebrar paradigmas. Afinal, como afirma Mantoan (2003), “*Uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar.*”

Quanto a discussão do caso do aluno Ismael, novamente ficou evidenciado a insegurança dos professores, ao se referirem sobre o início do processo de inclusão desse aluno na escola regular, o que confirma a afirmação de que “*são comuns sentimentos de incapacidade e até mesmo medo frente ao ingresso de um aluno com algum tipo de deficiência ou distúrbio de comportamento em sala de aula regular*”. (PLETSCH, 2009).

Em nossa avaliação, o momento de reflexão sobre o trabalho realizado com o aluno Ismael, assim como a dinâmica foram significativas para possibilitar que professores revissem os métodos utilizados e fizessem uma reflexão acerca do trabalho já realizado e processo ainda em construção, reconhecendo que o professor tem a responsabilidade da construção do conhecimento do aluno.

Na avaliação dos participantes, se o aluno, hoje, avançou etapas e construiu sua independência, temos que considerar que o professor contribuiu para isso. A inclusão escolar não se trata apenas da presença da criança ou adolescente com deficiência na escola e sim, de sua total integração em todos os ambientes, com todos os agentes que atuam nesse processo.

Outra questão observada é o fato de os professores demonstrarem a necessidade da reflexão de seu processo formativo, percebendo que, com mais conhecimentos, o trabalho se aprimora. O depoimento da professora S, reforça a importância do aperfeiçoamento ao reconhecer a diversidade dos discentes, em suas palavras: *“cada aluno em particular possui sua capacidade e limitação para aprender”*.

Desta forma, acreditamos ter sido evidenciado que o grande desafio dos professores para a promoção do processo de inclusão escolar, baseia-se na construção de propostas de ensino com diferentes olhares a diversidade dos alunos.

Os posicionamentos levantados durante o debate sobre o caso Ismael, quanto a reflexão do processo formativo do professor para a educação inclusiva e as respostas do questionário, ao revelarem o sentimento dos professores de despreparo para o trabalho, reforçam as palavras de Vilaronga e Mendes (2014),

“O discurso de obrigatoriedade da matrícula e o enfraquecimento da prática pedagógica desse professor, que não encontra espaços efetivos de troca e de formação faz com que a política real da inclusão se torne cada vez mais distante e mais utópica nas escolas públicas do País.” (VILARONGA, MENDES, 2014, p.141)

A oportunidade oferecida por este projeto para que os professores pudessem refletir sobre o trabalho de inclusão reforça a necessidade de que esses momentos se tornem mais frequentes na escola e indica a necessidade de interferência, no sentido de oferta de meios necessários, para que essas reuniões formativas aconteçam e para que os professores tenham condições de participar destes momentos.

A professora S, no debate do caso do aluno Ismael, ao dizer: *“eu percebia que os professores da classe regular, necessitavam uma melhor preparação para receber esse aluno”*, indicou outro aspecto a ser observado: a necessidade de discutir a relação professor de classe comum e professor de educação especial, principalmente quanto a questões relacionadas à administração do tempo de planejamento em comum, conteúdo a serem inseridos nos currículos e formas de avaliação, pois essas questões são as que mais causam perturbação nesse contexto.

Uma reflexão da prática pedagógica para atuação com alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/S) é fundamental para que haja a transformação da realidade identificada, de forma que o professor

volte seu olhar ao aluno em que atende, com compromisso e respeito pelo aluno e sua família, que confiam no trabalho do professor. Esse, por sua vez, deve buscar meios a fim de desenvolver a competência necessária para a realização do trabalho necessário a aprendizagem dos alunos.

O que se deve ter em mente é que, para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular, há que se contar com professores preparados para o trabalho docente que se estribem na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do alunado, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquiram conhecimentos e desenvolvam práticas específicas necessárias para a absorção de crianças com necessidades educativas especiais. (BUENO, 1999).

Atrelado a outros fatores, acreditamos que o ponto central do processo de inclusão é a preparação do professor, que pode ser relegada, quando apenas sinalizamos outros fatores que também comprometem este processo tais como: desvalorização do trabalho, salários defasados e a própria falta de oportunidade de cursos de formação continuada. Para que se tenham melhores resultados acadêmicos, as escolas e os profissionais nela inseridos devem buscar uma cultura escolar de mudanças pedagógicas, que enfatizem práticas pedagógicas que respeitem os princípios e valores de cada instituição.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral conhecer a opinião de professores sobre seu processo formativo frente ao desafio da construção de uma escola inclusiva.

Com a realização deste trabalho de intervenção, foi evidenciado que os docentes sentem-se inseguros quanto ao trabalho junto ao aluno com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/S) o que parece estar ligado a vários fatores: questões pessoais, políticos, educacionais e falta de formação continuada, que interferem na concretização dos meios estruturais e legais para a efetivação do processo da inclusão escolar.

O estudo mostrou que uma reflexão acerca de sua formação profissional pode contribuir como agente motivador para sensibilização e motivação, mudando concepções a respeito do aprimoramento do trabalho, uma vez que a maioria dos professores sente essa necessidade.

A transformação dessa realidade exige também, uma maior consideração do sistema educacional para com a formação de seus professores, o incentivo para a busca do aprimoramento da sua prática docente. Acreditamos na formação continuada em seu papel mediador do conhecimento, transformador e influenciador de valores que contribuam para o respeito às diversidades que a realidade oferece, assim como para o pleno desenvolvimento do aluno.

Assim, a real concretização da educação inclusiva nas escolas regulares, dentre outros fatores, deve contar com um professor que possa contar com momentos coletivos de formação que contribuam para o desenvolvimento de crianças e jovens que transponha as barreiras que dificultam a construção de uma escola inclusiva.

6- REFERÊNCIAS

BRASIL. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidade Educativas Especiais*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa portadora de deficiência. 1994.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial. MEC. Janeiro de 2008.

_____. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Brasília. Diário Oficial da União.

BUENO, J. G. S. *Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação dos professores: generalistas ou especialistas*. Revista Brasileira de Educação Especial. Vol. 5. P. 7-25. 1999.

INEP. *Notas estatísticas: Censo Escolar 2018*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério da Educação. Governo Federal. P. 4. Brasília-DF. Janeiro de 2019.

MARTINS. E. B. A. *Educação Inclusiva e Gestão Escolar: A construção de uma sociedade democrática*. Palestra ministrada no IV Seminário de Gestores e Educadores sobre a Educação Inclusiva: Direito a diversidade, realizado no período de 29/09 à 03/10/2008, na cidade de Juiz de Fora e publicado na Revista Cadernos do Professor. Ano XV. Edição Especial. Juiz de Fora: PJF/SE. P. 19-26.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Assembleia Geral das Nações Unidas, 06 de dezembro de 2006.

_____. *Convenção de Guatemala*. 1999.

_____. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948.

KAILER. P. G. L. PAPI. S. O. G. *O papel do pedagogo em relação à inclusão escolar*. XAmped Sul. Florianópolis. P. 1-18. Outubro de 2014.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo. Editora Moderna. 2003.

PLETSCH. M. D. *A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas*. Revista Educar. Curitiba. N 33. P. 143-156. Editora UFPR. 2009.

PLETSCH. M. D. PAIVA. C. *Porque as escolas continuam “laudando” alunos com deficiência intelectual?* Revista Educação Especial. v.31. n. 63. p. 1039-1054. Santa Maria. RS. Out./dez. 2018.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*.1990.

VILARONGA. C. A. R. MENDES. E.G. *Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores*. Ver. Bras. Estud. Pedagog. (on line). Brasília. V. 95. N. 239. P. 139-151. Jan./abr.2014.

7- APÊNDICES

APÊNDICE 1- Questionário: “Teste de formação docente para a inclusão”

TEMA: INCLUSÃO ESCOLAR

QUESTIONÁRIO DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO ESCOLAR -

Questionário para o Projeto de Intervenção - TCC da Cursista Jorfina Rodrigues Gomes a ser apresentado no Curso de Especialização em Inclusão Escolar em contextos Escolares da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

E. M. Pedro Furtado

1. Em sua opinião, qual o significado da palavra “inclusão escolar”?

2. Acredita que sua formação acadêmica o forneceu o preparo necessário a trabalhar com alunos com deficiências?

3. Como profissional da escola em que atua, procura eliminar todas as barreiras à aprendizagem e à participação de todos os alunos na escola?

4. Quais seus anseios para a Educação do município em que atua no sentido da efetivação do processo da inclusão de alunos com deficiência?

5. Sente a necessidade de ampliar seus conhecimentos sobre o assunto? Se sim, de que forma?

6. Em sua opinião, quais atitudes poderiam ser tomadas para a melhoria da qualidade do ensino no sentido da inclusão escolar?

Agradeço a participação!!!
Um abraço, Jorfina.